



PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO POPULAR NA EJA: a flexibilização do planejamento nos espaços escolares e não escolares

PALHETA, Paulo Matheus Silva ¹
PEREIRA, Aline Barbosa De Vilhena ²

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo geral contribuir com uma análise que reforce a flexibilidade do planejamento pedagógico como um instrumento indispensável para o sucesso da construção do conhecimento, orientando a relação dialógica entre escola, sujeito e sociedade. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de campo de natureza prático-exploratória e abordagem qualitativa, realizada no "Lar da Providência", em Belém (PA). Por meio de entrevista semiestruturada com uma educadora popular, investigamos as práticas educativas não formais direcionadas a idosos de 60 anos ou mais. Tal intervenção justifica-se pela urgência de garantir autonomia, dignidade e bem-estar a esse público, que frequentemente se encontra em situação de vulnerabilidade e abandono social, exigindo metodologias que superem o engessamento tradicional. Os resultados demonstraram que a aplicação de dinâmicas adaptadas à realidade não escolar como o cultivo em hortas, a participação em corais, danças e espaços terapêuticos acionou ativamente e de forma integrada os sentidos visual, auditivo e motor dos participantes. Observamos que essas metodologias diferenciadas favoreceram diretamente a manutenção cognitiva e o desenvolvimento social contínuo, evidenciando as profundas distinções práticas frente às dinâmicas do ensino regular e formal. O presente artigo possibilitou o alcance satisfatório dos seus objetivos iniciais, apontando que a adequação constante das estratégias formativas resgata a importância atual do legado freireano. Isso contribui não apenas contra uma alfabetização meramente mecânica, mas atua firmemente para a emancipação, o acolhimento afetivo e a superação de medos de um sujeito crítico.

PALAVRAS-CHAVE: educador popular; flexibilização do planejamento; educação de jovens e adultos; prática pedagógica; educação libertadora.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surge da necessidade de produção teórica mais aprofundada sobre o planejamento educacional na perspectiva da educação popular, principalmente no que tange à flexibilização necessária na prática do ensino diário.

¹ Graduado em Licenciatura em Pedagogia, Pós-graduado em Educação Especial e Inclusiva, Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica, pela FACUMINAS (Campus Coronel Fabriciano - MG), Pós-Graduado em Gestão Educacional pela FACUMINAS (Campus Coronel Fabriciano - MG), Pós-Graduando em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) pela UNAMA - Universidade da Amazônia. E-mail: paulo.silva.educ@gmail.com

² Graduada em Licenciatura em Pedagogia, Pós-graduado em Neuropsicopedagogia, pela FAVENI - Faculdade Venda Nova do Imigrante. E-mail: alinebarbosa.vilhena@gmail.com



O estudo ganha contornos singulares ao ser contextualizado e investigado no "Lar da Providência", uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) localizada no município de Belém, no estado do Pará. Nesse ambiente de educação não formal, atende-se um público específico composto por idosos com 60 anos ou mais, que frequentemente se encontram em situação de severa vulnerabilidade, abandono social ou sem vínculos familiares sólidos.

O envelhecimento em contextos institucionalizados traz consigo desafios complexos que exigem do educador um olhar sensível e multifacetado. Procuraremos, ao longo deste texto, estabelecer a diferença estrutural e metodológica entre a prática pedagógica escolar e a não escolar, visando compreender como acontece o trabalho cotidiano do educador popular nesse cenário. Busca-se definir se é possível ter e aplicar essa flexibilidade no planejamento educacional frente a um público que possui trajetórias de vida tão singulares e marcadas por exclusões sistêmicas. Se partirmos do pressuposto freireano de que toda pessoa aprende e é permanentemente produtora de cultura, quando a aprendizagem não acontece, pode ser que o obstáculo resida no planejamento pedagógico engessado e descontextualizado adotado pelo educador. Quando o planejamento ignora a bagagem empírica e as particularidades cognitivas de cada sujeito, as estratégias padronizadas convertem-se em barreiras formidáveis à inclusão e ao desenvolvimento humano.

Sendo assim, o presente artigo abordará inicialmente o processo educacional nessa modalidade de ensino, destacando as especificidades da andragogia e gerontogogia. Em seguida, trataremos detalhadamente sobre a prática pedagógica escolar e não escolar, contrapondo suas finalidades. Analisaremos os dizeres de uma educadora popular atuante na área diante dos desafios do planejamento e, para finalizar, abordaremos a flexibilidade inerente ao perfil ético do educador popular. Cabe ressaltar que, embora o foco empírico desta pesquisa seja o espaço não escolar (a ILPI), o estudo propõe uma reflexão teórica comparativa com o espaço escolar formal. Essa aproximação dialética visa justamente destacar e justificar a urgência da flexibilização metodológica em ambos os cenários, englobando perfeitamente a totalidade analítica proposta no título deste trabalho e demonstrando que a educação, independente do muro que a cerca, deve ser essencialmente libertadora.



2 METODOLOGIA

O presente trabalho possui o caráter de uma pesquisa de campo com abordagem estritamente qualitativa e viés prático-exploratório. A escolha por essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender não apenas os dados quantificáveis, mas os significados, as motivações e as vivências profundas que permeiam a relação de ensino-aprendizagem na terceira idade. Segundo Gil (2002, p. 41), a pesquisa exploratória tem como objetivo principal proporcionar maior familiaridade com o problema em questão, com vistas a torná-lo mais explícito, aprimorando ideias e descobrindo novas intuições. Diferentemente de uma mera revisão bibliográfica pura, este estudo exigiu a imersão na realidade e envolveu a coleta de dados primários diretamente no campo de atuação profissional, promovendo um diálogo estreito entre a teoria acadêmica e a práxis cotidiana.

A investigação empírica ocorreu nas dependências da ILPI "Lar da Providência", localizada no município de Belém (PA). O instrumento metodológico eleito para a coleta de dados consistiu em uma entrevista semiestruturada, norteada por um roteiro de perguntas flexíveis, aplicada a uma educadora popular inserida ativamente na instituição. O critério fundamental para o recrutamento dessa profissional baseou-se na acessibilidade e, sobretudo, na relevância empírica de sua atuação direta e diária no local. A entrevista semiestruturada permitiu que a educadora expressasse livremente suas angústias, táticas e sucessos na idealização e desenvolvimento de atividades não formais diversificadas e ricas em estímulos, garantindo a captura de dados subjetivos de imenso valor científico.

Ressalta-se, de forma veemente, que todos os princípios éticos norteadores da pesquisa envolvendo seres humanos foram rigorosamente preservados durante toda a condução do estudo. Assegurou-se o consentimento livre e esclarecido, o sigilo absoluto das identidades, a privacidade inerente aos idosos residentes e a não exposição de quaisquer dados sensíveis ou pessoais. Tais categorias metodológicas e operacionais relacionam-se diretamente ao propósito central da intervenção: a promoção contínua do desenvolvimento social e da manutenção cognitiva dos educandos. O uso do termo "manutenção cognitiva" faz-se metodologicamente mais acurado e respeitoso do que "maturação" biológica, visto que tratamos de sujeitos na



etapa do envelhecimento ativo, onde o estímulo visa preservar, dignificar e potencializar capacidades vitais e memórias afetivas já consolidadas ao longo da vida, evitando o declínio causado pela ociosidade institucional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O Processo Educacional na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como uma modalidade que possibilita a oportunidade ímpar para muitas pessoas que não tiveram acesso ao conhecimento científico e escolar em idade adequada, fornecendo a base para iniciarem ou darem continuidade aos seus estudos de forma plena. Trata-se da garantia de um direito inalienável e de uma dívida histórica do Estado para com aqueles que foram excluídos dos bancos escolares formais devido a necessidades socioeconômicas prematuras.

Paulo Freire defendia enfaticamente a tese de que o aspecto mais importante, do ponto de vista de uma verdadeira educação libertadora, e não da antiquada "educação bancária", é que os homens e mulheres se sintam sujeitos plenos de seu pensar, discutindo ativamente sua própria visão de mundo (FREIRE, 1987, p. 120). É indispensável, no trabalho formativo com esse público singular, possibilitar e fomentar a autonomia dos educandos, estimulando-os a avaliar constantemente seus progressos e a tomar consciência de como a aprendizagem se efetiva na prática diária. A educação deveria corresponder invariavelmente à formação integral do ser humano, transcendendo a mera codificação de letras:

Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos demais, do direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser (FREIRE, 2002, p. 193).

Sob essa ótica libertadora, a transposição dos princípios da EJA para espaços não formais de acolhimento de idosos transcende, em absoluto, a necessidade de uma alfabetização puramente mecânica. O ato de educar na terceira idade torna-se, portanto, um exercício contínuo de resgate dessa "liberdade de ser" mencionada por Freire. Ao estimular a participação ativa nas atividades socioterapêuticas, o educador popular promove a reintegração social e devolve a esses sujeitos o protagonismo sobre suas próprias histórias. Compreender o idoso como um ser



inacabado, capaz de aprender e de se reinventar, estabelece as bases conceituais sólidas para avaliarmos as profundas distinções práticas que separam o ensino regular estruturado das dinâmicas afetivas e acolhedoras vivenciadas na não escola.

3.2 Prática Pedagógica Escolar e Não Escolar

Como bem aponta Vianna (1974), as instituições políticas e sociais desempenham um papel central na intrincada organização da sociedade, e a escola tradicionalmente assumiu para si a função basilar da educação sistemática e da socialização formal de seus cidadãos. No entanto, o ambiente não escolar, substancialmente diferente da dinâmica estruturada da escola, não possui o interesse normativo de promover a educação sistemática de caráter obrigatório, com avaliações punitivas ou retenção de alunos. Concorda-se integralmente com Libâneo (2002, p. 33) quando este afirma que o campo do fenômeno educativo é imensamente vasto, uma vez que a educação ocorre e se retroalimenta sob variadas modalidades: na teia familiar, no ambiente de trabalho, nos diversos movimentos sociais e, evidentemente, nas próprias escolas.

Partindo dessa premissa teórica, torna-se evidente que, se existem múltiplos ambientes fomentadores de saberes além dos muros das escolas, a prática pedagógica precisa se desdobrar e se adaptar a cada um deles com metodologias inteiramente próprias e responsivas. No contexto específico de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), a educação não formal afasta-se das exigências avaliativas rigorosas e do currículo fragmentado e seriado do ensino regular. Ao invés disso, ela se volta intencionalmente para a reconstrução de vínculos interpessoais, a valorização contínua da memória oral e o resgate da cidadania daqueles que se sentem à margem da utilidade social. Portanto, o educador que atua nesse cenário não pode simplesmente transpor os métodos e cartilhas da escola tradicional; ele é desafiado a construir uma práxis puramente dialógica que reconheça e abrace as subjetividades de um público que busca, muito mais do que um diploma, o acolhimento afetivo, o direito à fala e a reinserção social digna.

3.3 Os Dizeres de uma Educadora Popular Diante do Planejamento



Ao ser diretamente questionada sobre os meandros da construção do currículo e da sua rotina institucional, a educadora colaboradora da pesquisa explicou detalhadamente a sua realidade, oferecendo um vislumbre prático de sua atuação: "como trabalhamos com grupos de idosos em espaço de longa permanência, que é um ambiente não escolar, então não temos um currículo engessado, mas construímos as atividades a partir do interesse dos idosos. No início é feita uma pesquisa socioantropológica, na qual todos dialogam e falam temas que gostariam de discutir". A partir dessa escuta sensível e contínua, emergem reflexões diversas, visto que, segundo ela, os temas abrangem áreas riquíssimas "como política, religião, relação homem-mulher, profissões, cultura, esporte, entre outros", provando a pluralidade de interesses do idoso ativo.

Essa flexibilização orgânica descrita na fala da educadora encontra profunda ressonância reflexiva em Saviani (2010, p. 16), que define o currículo como "o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola". Ao transpor cuidadosamente essa premissa teórica para o complexo contexto não formal da ILPI, observa-se que as "atividades nucleares" deixam de ser uma grade teórica rígida elaborada previamente por gabinetes governamentais e passam a ser a própria vivência socioterapêutica, ancorada nas demandas reais, dores e alegrias do grupo. Isso reflete diretamente na forma de planejar, que, conforme relatado, foge do isolamento e do individualismo docente: "o planejamento é semanal, dependendo da agenda de cada educador, todos participam, é escolhido um dia da semana que seja viável para todos [...]. É no planejamento que surgem as dúvidas se o que estamos planejando dará certo, procuramos fazer sempre de acordo com o interesse dos alunos". Essa constante autoavaliação da equipe multidisciplinar confirma e materializa a visão emancipatória de que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção" (FREIRE, 1996).

Além disso, ao ser indagada sobre como o educador deve se portar na relação entre o seu saber e o do educando, a colaboradora foi categórica e fundamentada: "Respeitar! Como Freire fala 'não há saber mais e saber menos', todos os saberes, todos os conhecimentos são importantes, pois um complementa o outro, ou seja, não existe a questão da superioridade, um ser melhor que o outro. Trabalhamos com a questão da igualdade, todos no mesmo nível". Essa postura



ética e horizontal é o cerne que materializa o objetivo emancipatório da educação popular no asilo. Nas próprias palavras da entrevistada, esse trabalho visa essencialmente "conscientizar de seus direitos enquanto sujeitos pertencentes à mesma sociedade, levando-os a refletir que se algo estiver acontecendo, pode ser mudado a partir da união de todos, através do trabalho coletivo". Com isso, fica comprovado que a educação popular na terceira idade não é uma atividade de mero passatempo ou distração, mas um ato político e vital de re-existência.

3.4 A Flexibilização do Educador Popular

No seu sentido mais estrito e militante, o educador popular possui uma trajetória de vida própria e essencialmente idiossincrática, uma identidade profissional que é frequentemente moldada pela vivência direta nos movimentos comunitários, nas lutas por moradia, nas periferias e nas trincheiras das lutas sociais contemporâneas (FREIRE, 2001). A educação ofertada nesse âmbito não atua no vácuo nem age na clandestinidade; ela está solidamente amparada nos pilares legais vigentes do país. No inciso VII do Artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), está expressamente disposta e garantida a "oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades" (BRASIL, 1996). Tal preceito legal legitima a flexibilização como não apenas uma escolha pedagógica, mas um imperativo da lei para garantir a equidade educacional.

Conforme assevera Saviani (1985, p. 8), a marginalidade social que atinge violentamente essas populações muitas vezes é vista de forma equivocada e reducionista como um mero problema sistêmico que a educação, atuando de forma mágica e isolada, poderia corrigir promovendo uma ilusória equalização social. Contrariando frontalmente esse engessamento tradicional e ingênuo, as pedagogias de cunho progressista acreditam na transformação mediatizada e estrutural das consciências, exigindo do educador não apenas técnica metodológica, mas um compromisso ético e político inabalável com a elevação da consciência crítica das massas (VIANNA, 1974, p. 118-119).

Compreende-se, portanto, que a flexibilização do planejamento não é um ato de improviso vazio, de negligência acadêmica ou de falta de rigor metodológico, mas



sim uma profunda intencionalidade pedagógica. Ao romper ativamente com o engessamento sistêmico, o educador popular demonstra que seu compromisso maior não é com o cumprimento burocrático de um cronograma, mas sim com o sujeito existencial que aprende. O educador utiliza o planejamento como um mapa maleável que se ajusta aos contornos das vivências, superando as adversidades institucionais e transformando o ato de educar na mais pura expressão do cuidado e da transformação social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo científico possibilitou o alcance plenamente satisfatório do objetivo inicial proposto, que visava contribuir com uma análise teórica e prática robusta que reforce a flexibilidade do planejamento como um instrumento metodológico indispensável para o sucesso do ensino e da aprendizagem nos diversos espaços de educação não formal. Evidenciou-se, de forma incontestável por meio do diálogo com a literatura e com a vivência de campo, que o educador popular necessita refletir continuamente sobre a sua própria prática diária, utilizando-se dos referenciais teóricos adequados para jamais infantilizar o sujeito adulto e idoso, respeitando ativamente sua vasta e rica bagagem cultural e suas limitações temporárias.

Com base na riqueza dos dados empíricos coletados no Lar da Providência, constatou-se que a contínua promoção do desenvolvimento intelectual e a vital manutenção cognitiva do público idoso institucionalizado estão intimamente ligadas ao processo psicológico e sensível de superação de traumas e medos, sanando dúvidas pontuais e, primordialmente, promovendo o acolhimento afetivo e a reintegração psicossocial. Conclui-se, portanto, que ao recriar constantemente alternativas pedagógicas flexíveis e profundamente contextualizadas ao momento e ao grupo, o educador transcende de maneira definitiva o método tradicional repassador de conteúdos. Essa postura ético-pedagógica não apenas eleva a autoestima do idoso, mas garante o respeito inegociável à vivência prévia do educando, reafirmando e consolidando a educação popular como uma poderosa, indispensável e insubstituível ferramenta de resgate da cidadania, do pensamento crítico, do pertencimento coletivo e, acima de tudo, da dignidade humana na terceira idade.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. *Política e educação: ensaios*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LIBÂNEO, J. C. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de pedagogia. In: PIMENTA, S. G. (Org.). *Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 59-97.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia*. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 1985.
- SAVIANI, D. *As concepções pedagógicas na história da educação brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2010.
- VIANNA, F. J. O. *Instituições políticas brasileiras*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 2 v.